

CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO  
EUROPEIA, PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA OS SERVIÇOS  
FARMACÊUTICOS DO HOSPITAL PRISIONAL DE SÃO JOÃO DE DEUS

## **PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

PROCEDIMENTO AQUISITIVO

**N.º 84/PA/HPSJD/2020**

## ÍNDICE

CAPÍTULO I – OBJETO E ÂMBITO DO PROCEDIMENTO .....	3
Artigo 1. <sup>a</sup> Identificação e objeto do procedimento .....	3
Artigo 2. <sup>a</sup> Entidade pública adjudicante .....	3
Artigo 3. <sup>a</sup> Órgão que tomou a decisão de contratar.....	4
CAPÍTULO II – PEÇAS DO PROCEDIMENTO .....	4
Artigo 4. <sup>a</sup> Consulta e fornecimento das peças do procedimento .....	4
Artigo 5. <sup>a</sup> Esclarecimentos e retificações sobre as peças do procedimento .....	4
CAPÍTULO III – PROPOSTA .....	5
Artigo 6. <sup>a</sup> Documentos que integram a proposta .....	5
Artigo 7. <sup>a</sup> Prazo para a apresentação das propostas .....	6
Artigo 8. <sup>a</sup> Apresentação de propostas variantes ou condicionadas.....	7
Artigo 9. <sup>a</sup> Prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas.....	7
Artigo 10. <sup>a</sup> Preço base .....	7
Artigo 11. <sup>a</sup> Preço anormalmente baixo .....	7
Artigo 12. <sup>a</sup> Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas .....	7
CAPÍTULO IV – ANÁLISE DAS PROPOSTAS.....	8
Artigo 13. <sup>a</sup> Critério de adjudicação.....	8
Artigo 14. <sup>a</sup> Critério de desempate.....	8
Artigo 15. <sup>a</sup> Leilão eletrónico .....	9
Artigo 16. <sup>a</sup> Exclusão das propostas.....	9
Artigo 17. <sup>a</sup> Relatório preliminar de análise das propostas .....	10
Artigo 18. <sup>a</sup> Audiência Prévia.....	10
Artigo 19. <sup>a</sup> Relatório final de análise das propostas.....	10
CAPÍTULO V – ADJUDICAÇÃO .....	11
Artigo 20. <sup>a</sup> Dever de adjudicação .....	11
Artigo 21. <sup>a</sup> Notificação da decisão de adjudicação .....	11
Artigo 22. <sup>a</sup> Causas de não adjudicação .....	11
Artigo 23. <sup>a</sup> Revogação da decisão de contratar.....	12
Artigo 24. <sup>a</sup> Documentos de habilitação .....	12
Artigo 25. <sup>a</sup> Caução para garantir o cumprimento de obrigações .....	13
Artigo 26. <sup>a</sup> Modos de prestação .....	13
CAPÍTULO VI – CONTRATO .....	13
Artigo 27. <sup>a</sup> Redução a escrito do contrato.....	13
Artigo 28. <sup>a</sup> Aprovação e notificação da minuta do Contrato.....	14
Artigo 29. <sup>a</sup> Ajustamentos ao conteúdo do Contrato .....	14
Artigo 30. <sup>a</sup> Aceitação da minuta do Contrato .....	15
Artigo 31. <sup>a</sup> Reclamação da minuta do contrato .....	15
Artigo 32. <sup>a</sup> Outorga do Contrato.....	15
Artigo 33. <sup>a</sup> Despesas inerentes à celebração do contrato .....	16
CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES GENÉRICAS .....	16
Artigo 34. <sup>a</sup> Inscrição na plataforma eletrónica e acesso às peças .....	16
Artigo 35. <sup>a</sup> Assinatura eletrónica .....	16
Artigo 36. <sup>a</sup> Contagem de prazos na fase de formação e execução do contrato .....	17
Artigo 37. <sup>a</sup> Legislação aplicável.....	17
ANEXO I – Modelo de declaração.....	18
ANEXO II – Modelo de proposta .....	20

## CAPÍTULO I – OBJETO E ÂMBITO DO PROCEDIMENTO

### **Artigo 1.º IDENTIFICAÇÃO E OBJETO DO PROCEDIMENTO**

1. O presente procedimento tem por objeto a celebração de um contrato de fornecimento de medicamentos aos serviços farmacêuticos do Hospital Prisional de São João de Deus, de acordo com as cláusulas jurídicas e técnicas constantes do Caderno de Encargos, bem como dos anexos que o compõem, e demais peças do procedimento.
2. O presente procedimento segue a tramitação do concurso público com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos dos artigos 130.º a 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

### **Artigo 2.º ENTIDADE PÚBLICA ADJUDICANTE**

1. A entidade pública adjudicante é a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), com sede na Travessa da Cruz do Torel, 1, 1150-122 Lisboa, com o telefone n.º 218 812 200, e com o endereço de correio eletrónico [dcp@dgrsp.mj.pt](mailto:dcp@dgrsp.mj.pt).
2. Para os efeitos previstos no número anterior, é delegada no Júri do procedimento a competência para a prática de todos os atos procedimentais, com exceção dos previstos na segunda parte do n.º 2 do artigo 69.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, publicado no Diário da República 1.ª Série, n.º 168, 2.º Suplemento, retificado pela declaração de Retificação n.º 36- A/2017, de 30 de outubro, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 209, 2.º suplemento, de 30 de outubro de 2017, por sua vez retificada pela Declaração de Retificação n.º 42/2017, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 231, de 30 de novembro de 2017, a saber:
  - a) Prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas, após autorização do órgão competente para a decisão e contratar;
  - b) Competência para classificar os documentos das propostas, de acordo com o disposto no artigo 66.º, n.ºs 2, 4 e 5 do CCP;
  - c) Realização de audiência prévia, caso seja recebida mais do que uma proposta, nos termos do artigo 147.º do CCP, salvo se for decidido que a mesma não se realize ou que seja dispensada ao abrigo do artigo 124.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA);
  - d) Notificação da decisão de adjudicação;

- e) Notificação do adjudicatário para apresentação dos documentos de habilitação.

**Artigo 3.º ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR**

A decisão de contratar foi tomada por despacho datado de 6 de fevereiro de 2020, do Excelentíssimo Senhor Diretor-Geral, Dr. Rómulo Mateus, no uso de competência subdelegada através do despacho de 29 de janeiro de 2020, de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto e da Justiça.

**CAPÍTULO II – PEÇAS DO PROCEDIMENTO**

**Artigo 4.º CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO**

1. As peças do procedimento serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública, adiante designada apenas por plataforma, disponível em AcinGov , desde o dia da publicação do Anúncio no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.
2. Sem prejuízo do disposto no n.º 1, o Anúncio, o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos encontram-se ainda:
  - a) Disponíveis para consulta e *download* no endereço da Internet: <https://dgrsp.justica.gov.pt/>;
  - b) Patentes nas instalações da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Divisão de Contratação Pública, na seguinte morada — Av. da Liberdade, n.º 9, Lisboa, onde podem ser consultados, das 9h00m às 17h00, desde o dia da primeira publicação até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

**Artigo 5.º ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÕES SOBRE AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO**

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri do procedimento, devendo os mesmos ser solicitados por escrito até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas através da plataforma.
2. Os esclarecimentos são prestados, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma.

3. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previstos no número anterior.
4. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores são disponibilizados na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, fazendo parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
5. Quando as retificações ou esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
6. Sem prejuízo do referido no número anterior quando as retificações referidas, independentemente do momento da sua comunicação, ou a aceitação de erros ou de omissões do Caderno de Encargos, nos termos do disposto no artigo seguinte, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
7. A pedido fundamentado de qualquer interessado, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.
8. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões.

### CAPÍTULO III – PROPOSTA

#### **Artigo 6.<sup>a</sup> DOCUMENTOS QUE INTEGRAM A PROPOSTA**

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
  - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt>, devendo ser selecionadas as seguintes opções:
    - i. “Sou um operador económico”;

- ii. “Importar um DEUCP”, e clicar “Escolher ficheiro”, após o que deve navegar no explorador de ficheiros até à localização do ficheiro “espd-request.xml”;
  - iii. Clicar “Carregar documento” – seleccionar o ficheiro “espd-request.xml” disponibilizado pela entidade adjudicante na plataforma AcinGov;
  - iv. Uma vez carregado o ficheiro, seleccionar “Portugal” na caixa “Selecionar país” e clicar “Seguinte”;
  - v. Preencher o solicitado e ir clicando em “Seguinte”;
  - vi. Após preencher a Parte VI [Declarações finais], clicar em “Exportar”, guardar o ficheiro “espdresponse.xml”, imprimir o documento em formato PDF e guardá-lo com a designação “DEUCP\_designação\_concorrente].pdf”.
  - vii. O DEUCP deve ser assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
  - viii. No caso da apresentação por um agrupamento deve ser preenchido um DEUCP por cada membro que o integra.
- b) Modelo da proposta disponibilizado como Anexo II do Programa do Procedimento, onde se encontram os valores unitários dos bens, nos termos das especificações técnicas do Caderno de Encargos, a que o concorrente se vincula.
2. As propostas a apresentar devem cumprir os requisitos, especificações técnicas exigidas no Caderno de Encargos e seus anexos que dele são parte integrante.

#### **Artigo 7.º      PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

1. As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica com o endereço <https://www.acingov.pt>, no prazo de **30 (trinta) dias contínuos**, a contar da data do envio do Anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia, de acordo com os termos do n.º 1 do artigo 136.º do CCP, o que no caso corresponde até às 23h59m do dia ... de ... de 2020.
2. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data referida no n.º 1 do presente artigo.

**Artigo 8.º APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES OU CONDICIONADAS**

1. Não são admitidas propostas variantes;
2. Não são admitidas propostas condicionadas.

**Artigo 9.º PRAZO MÍNIMO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS**

O prazo mínimo de obrigação de manutenção das propostas é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

**Artigo 10.º PREÇO BASE**

O procedimento tem como preço base o valor global de € 619.308,39 (seiscentos e dezanove mil trezentos e oito Euros e trinta e nove cêntimos), a que acresce IVA à taxa de 6%, enquanto montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.

**Artigo 11.º PREÇO ANORMALMENTE BAIXO**

A entidade adjudicante opta por não definir qualquer limiar para determinação automática do preço anormalmente baixo, reservando-se para depois de conhecer o conteúdo da proposta, se pronunciar se a mesma apresenta um preço anormalmente baixo, caso em que será solicitado ao concorrente os esclarecimentos relativos aos elementos constitutivos do preço proposto e considerados relevantes.

**Artigo 12.º LISTA DOS CONCORRENTES E CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS**

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma.
2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na referida plataforma.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto no prazo de três dias úteis contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.

4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no n.º 1 e n.º 2 do presente artigo.

#### CAPÍTULO IV – ANÁLISE DAS PROPOSTAS

##### **Artigo 13.º CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

1. A adjudicação será efetuada por lote, segundo o critério do preço ou custo, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.
2. Os concorrentes devem apresentar preços unitários para o fornecimento dos bens.
3. Os preços inscritos na proposta deverão ser indicados em euros com o máximo de seis (6) casas decimais, sendo inscritos em algarismos, e não incluem IVA.

##### **Artigo 14.º CRITÉRIO DE DESEMPATE**

1. Em caso de empate deverão prevalecer os seguintes critérios de desempate, nos termos do n.º 6 do artigo 74.º com remissão para a alínea c) do n.º 2 do artigo 75.º do CCP, aplicados da seguinte forma hierárquica:
  - a) 1.º critério de desempate: adaptação do bem à distribuição em dose unitária perfeita;
  - b) 2.º critério de desempate: menor prazo de entrega dos bens, definido em horas;
  - c) 3.º critério de desempate: maior prazo de validade dos bens a entregar definido em meses;
  - d) 4.º critério de desempate: menor valor mínimo por nota de encomenda;
  - e) 5.º critério de desempate: possibilidade de recolha dos bens fora de prazo de validade para destruição e/ou emissão de nota de crédito.
2. Caso ainda persista o empate nas propostas, será adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio a desenrolar presencialmente com os concorrentes empatados, do qual será lavrada ata por todos os presentes.



3. Caso se verifique a circunstância prevista no número anterior, o Júri convocará os concorrentes com 2 (dois) dias úteis de antecedência, sendo comunicada a data, hora e local onde se realizará o ato de sorteio.

**Artigo 15.ª LEILÃO ELETRÓNICO**

Não há lugar a leilão eletrónico.

**Artigo 16.ª EXCLUSÃO DAS PROPOSTAS**

Serão excluídas as propostas cuja análise revele:

- a) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no artigo 6.º do presente Programa;
- b) Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar não submetidos à concorrência por aquele Caderno de Encargos;
- c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
- d) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- e) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência;
- f) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
- g) Que sejam apresentadas por concorrentes, em violação do disposto no artigo 55.º do CCP;
- h) Que não cumpram o disposto no nº 4 do artigo 57.º do CCP;
- i) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas;
- j) Que os documentos que constituem a proposta não estejam redigidos em língua portuguesa;
- k) Que envolvam alterações das Cláusulas do Caderno de Encargos, ou que sejam apresentadas como propostas variantes, fora dos termos admitidos nas peças de procedimento;

- l) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
- m) Que não cumpram as especificações técnicas estabelecidas no Caderno de Encargos;
- n) Que incidam em qualquer outra causa de exclusão regulamentar ou legalmente prevista;
- o) Só são avaliadas as propostas que não forem excluídas.

**Artigo 17.º      RELATÓRIO PRELIMINAR DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS**

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o Júri elabora, nos termos do artigo 146.º do CCP, um relatório preliminar fundamentado no qual deve propor a ordenação das mesmas.
2. No relatório preliminar, o Júri deve também propor a exclusão das propostas relativamente às quais se verifique alguma das situações a que alude o n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

**Artigo 18.º      AUDIÊNCIA PRÉVIA**

1. Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes ao abrigo do direito de audiência prévia para, querendo, se pronunciem por escrito através da plataforma, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
2. Em simultâneo serão disponibilizados a todos os concorrentes as informações e comunicações de qualquer natureza que estes tenham prestado, bem como as versões finais integrais das propostas apresentadas.

**Artigo 19.º      RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS**

Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

## CAPÍTULO V – ADJUDICAÇÃO

### **Artigo 20.º      DEVER DE ADJUDICAÇÃO**

O órgão competente para a decisão de contratar tomará a decisão de adjudicação e notificará-la aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas referido no artigo 9.º.

### **Artigo 21.º      NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO**

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, via plataforma.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação, referidos no artigo 81.º do CCP e artigo 25.º do Programa, e da minuta do Contrato.
3. As notificações referidas nos números anteriores devem ser acompanhadas do relatório final de análise e avaliação das propostas referido no artigo 20.º do Programa.

### **Artigo 22.º      CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO**

1. Não haverá lugar a adjudicação, extinguindo-se o procedimento, quando:
  - a) Nenhum candidato se haja apresentado ou nenhum concorrente haja apresentado proposta;
  - b) Todas as candidaturas ou todas as propostas tenham sido excluídas;
  - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento, circunstâncias em que é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.
  - d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem;
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, será notificada pelo Júri a todos os concorrentes, via plataforma.

**Artigo 23.º      REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR**

A decisão de não adjudicação prevista no artigo anterior determina a revogação da decisão de contratar.

**Artigo 24.º      DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
  - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP;
  - b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
    - i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
    - ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
  - c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, do adjudicatário e, no caso de pessoa coletiva, de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
  - d) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, o Júri notificará o adjudicatário relativamente ao facto que ocorreu, fixando-lhe um prazo de 5 (cinco) dias úteis, para que este se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
3. Quando o facto a que se refere o número anterior se verifique por causa não imputável ao adjudicatário, o júri, em função das razões invocadas, notifica o adjudicatário para a apresentar os documentos em falta, fixando-lhe um prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis para o efeito, sob pena de caducidade da adjudicação, nos termos previstos no artigo 86.º do CCP.

#### **Artigo 25.º CAUÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES**

Para garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, deve o adjudicatário prestar uma caução no valor de 3% do preço contratual, com exclusão do IVA, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da notificação da adjudicação.

#### **Artigo 26.º MODOS DE PRESTAÇÃO**

1. A caução pode ser prestada mediante entrega em dinheiro, garantia bancária ou seguro-caução, conforme escolha do adjudicatário.
2. Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento das obrigações por parte do adjudicatário.
3. Tratando-se de seguro-caução, o adjudicatário deve apresentar apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar esse seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante, em virtude de incumprimento das obrigações.
4. Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução, ainda que não tenha sido pago o respetivo prémio.
5. Todas as despesas derivadas da prestação das cauções são da responsabilidade do adjudicatário.

### **CAPÍTULO VI – CONTRATO**

#### **Artigo 27.º REDUÇÃO A ESCRITO DO CONTRATO**

1. O Contrato a celebrar com o fornecedor selecionado será reduzido a escrito, nos termos do n.º 1 do artigo 94º, do CCP, no qual serão fixados os termos do contrato a celebrar.

2. Fazem sempre parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O caderno de encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 do presente artigo, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.
4. Também em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 do presente artigo e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo Código.

#### **Artigo 28.º APROVAÇÃO E NOTIFICAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**

1. A minuta do Contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar e notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 22.º do presente programa.
2. A minuta do contrato será notificada ao adjudicatário nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 100.º do CCP.

#### **Artigo 29.º AJUSTAMENTOS AO CONTEÚDO DO CONTRATO**

1. O órgão competente para a decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do Contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais de uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas.

2. Os ajustamentos referidos no número anterior não podem implicar, em caso algum:
  - a) A violação dos parâmetros base fixados no Caderno de Encargos nem a dos aspetos da execução do contrato a celebrar por aqueles não submetidos à concorrência;
  - b) A inclusão de soluções contidas em proposta apresentada por outro concorrente.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do Contrato.

**Artigo 30.<sup>a</sup>      ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**

A minuta do Contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes à respetiva notificação.

**Artigo 31.<sup>a</sup>      RECLAMAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**

1. A reclamação da minuta do Contrato a celebrar só pode ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, nos termos do disposto no n.º 2 e n.º 5 do artigo 96.º do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

**Artigo 32.<sup>a</sup>      OUTORGA DO CONTRATO**

1. A outorga do Contrato tem lugar no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
  - a) Decorridos 10 (dez) dias úteis contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
  - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
  - c) Prestada a caução exigida.

2. O contrato é outorgado pelo órgão competente para a decisão de contratar ou por quem detenha poderes delegados para o mesmo, e pelo representante legal do fornecedor.

**Artigo 33.º      DESPESAS INERENTES À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

Correm por conta do adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.

**CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES GENÉRICAS**

**Artigo 34.º      INSCRIÇÃO NA PLATAFORMA ELETRÓNICA E ACESSO ÀS PEÇAS**

1. A participação no concurso depende de prévia inscrição na plataforma eletrónica de contratação disponível em <https://www.acingov.pt>.
2. O acesso ao procedimento e às peças do mesmo permite efetuar a consulta de todos os atos do procedimento que devam ser publicados, bem como a apresentação de propostas.
3. O disposto no n.º 1 do presente artigo não é aplicável às entidades que já se encontrem registadas na plataforma.

**Artigo 35.º      ASSINATURA ELETRÓNICA**

1. Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as candidaturas e as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
2. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em [www.gns.gov.pt](http://www.gns.gov.pt) ).
3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).



**Artigo 36.º      CONTAGEM DE PRAZOS NA FASE DE FORMAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO**

1. À contagem de prazos na fase de formação do contrato é aplicável o disposto no artigo 470.º do CCP.
2. Os prazos fixados para a apresentação das propostas são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.
3. À contagem de prazos na execução do contrato é aplicável o disposto no artigo 471.º do CCP.
4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato que não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

**Artigo 37.º      LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa do Procedimento aplica-se o regime procedimental previsto na Parte II do CCP e legislação complementar.

## ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou

concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

[a que se refere o Artigo 6.º, alínea b) do Programa do Procedimento]

FICHA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

**Proposta – Procedimento Aquisitivo n.º 84/PA/HPSJD/2020 – Fornecimento de Bens**

(Nome e sede da firma), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento por consulta prévia, relativo ao fornecimento de bens, durante o ano civil de 2020, destinados aos Serviços Farmacêuticos do Hospital Prisional de São João de Deus, obriga-se a executar o fornecimento dos bens cujas condições e especificações constam do Caderno de Encargos do presente procedimento, pelo valor total de € (sem IVA, em algarismos e por extenso), com a seguinte discriminação:

Lote	Ref.ª	Designação	Apresentação	Blister unidose? (Sim/ Não)	Quantidade a fornecer	Quantidade por embalagem	Preço unitário (Sem IVA)	Preço Total (Sem IVA)

Total da Proposta (Sem IVA):

Às quantias supra indicadas acrescerá o IVA à taxa de \_\_\_\_%

Mais informo que:

- O prazo de entrega dos bens é de \_\_\_\_ horas;
- O prazo de validade dos bens a entregar é superior a \_\_\_\_ meses;
- O valor mínimo por nota de encomenda é de € \_\_\_\_;
- Há a possibilidade de recolha dos bens fora de prazo de validade para destruição e/ou emissão de nota de crédito? \_\_\_\_ (Sim/ Não)

Data

Assinatura